

Alerta Legislação nº 06, de 02 a 07 fev. 2026

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo do Estado de São Paulo

LEI Nº 18.394, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Assegura o direito à realização de sessão de cinema adaptada a crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias.

DECRETO Nº 70.366 DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2024-2027 e as metas de seus indicadores para o exercício de 2026.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

06/02/2026
(Ed. extra)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.336, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2026

Altera a [Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990](#), que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

05/02/2026

DECRETO Nº 12.839, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026

Institui o Comitê Interinstitucional de Gestão do Pacto Brasil entre os Três Poderes para Enfrentamento do Feminicídio.

PACTO BRASIL ENTRE OS TRÊS PODERES PARA ENFRENTAMENTO DO FEMINICÍDIO

(...)

Art. 1º O presente Pacto constitui compromisso dos três Poderes de atuarem de maneira harmônica e cooperativa, respeitadas as competências constitucionais e a autonomia de cada Poder, para a adoção de ações de enfrentamento do feminicídio e para a garantia da vida de mulheres e meninas, em toda a sua diversidade, destinadas aos seguintes objetivos:

(...)

MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	CASA CIVIL (CCPR) ↳ Secretaria-Executiva <u>RESOLUÇÃO CG PRONARA SE/SG - PR Nº 2, DE 16 DE JANEIRO DE 2026</u> Aprova a criação de Grupo de Trabalho, no âmbito do Comitê Gestor Interministerial do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos - PRONARA, para propor medidas de mediação de conflitos decorrentes do uso de agrotóxicos nas Terras Indígenas Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul. CONSELHO DE GOVERNO ↳ Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) <u>PORTARIA CMED Nº 7, DE 30 DE JANEIRO DE 2026</u> Atualiza a relação dos grupos econômicos, conforme regramento constante do Comunicado CMED nº 5, de 25 de março de 2015, para definição do índice de concentração de mercado por classe terapêutica para o estabelecimento dos três níveis do fator de ajuste de preços relativos intrassetor (Fator Z), a serem utilizados no ajuste de preços de medicamentos de 2026.
Ministério da Agricultura e Pecuária	SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA <u>PORTARIA SAF/MDA Nº 354, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Informa o percentual do bônus de desconto, referente ao PGPAF, a ser concedido no pagamento de parcelas ou na liquidação das operações de crédito rural do Pronaf, para produtos que tiveram preço de mercado inferior ao preço de garantia. SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA <u>PORTARIA SPA/MAPA Nº 127, DE 27 DE JANEIRO DE 2026</u> Institui a marca institucional "Funcafé", destinada à identificação, padronização e divulgação das ações financiadas com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira.
Ministério da Cultura	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA MINC Nº 31, DE 30 DE JANEIRO DE 2026</u> Define as regras de credenciamento e de gestão do Banco de Pareceristas, bem como as de distribuição e de análise dos projetos, propostas e planos culturais, e dá outras providências. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) <u>PORTARIA IPHAN Nº 316, DE 23 DE JANEIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a definição de normas e critérios técnicos para os projetos e orçamentos de que trata o art. 24, II, da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.
Ministério da Educação	CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) ↳ Câmara de Educação Básica (CEB) <u>RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026</u>

	Altera o art. 28 da Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que instituiu as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SETEC) <u>PORTARIA Nº 4, DE 29 DE JANEIRO DE 2026</u> Institui o Programa Acesso, Permanência e Êxito na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Rede APE. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESU) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SESU-SEGAPE Nº 1, DE 29 DE JANEIRO DE 2026</u> Dispõe sobre o uso, no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), de informações obtidas por meio de interoperabilidade entre sistemas governamentais para subsidiar a verificação de elegibilidade às vagas reservadas e disciplinar a dispensa de exigência de documentação em hipóteses específicas.
Ministério da Fazenda	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL <u>PORTARIA STN/MF Nº 314, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre o demonstrativo do superávit financeiro de cada fonte de recursos, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2025 e dá outras providências com vistas a coibir a existência de execução orçamentária com fontes de recursos sem disponibilidade financeira suficiente ao final do exercício de 2026.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – Diretoria de Operações <u>PORTARIA DIOP/PRF Nº 12, DE 30 DE JANEIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a restrição do trânsito de Veículos e Combinações de Veículos excedentes em peso e ou dimensões aos limites máximos estabelecidos pela Resolução nº 882/2021 do Conselho Nacional de Trânsito e suas alterações, passíveis ou não da concessão de Autorização Especial de Trânsito - AET ou Autorização Específica - AE, em rodovias federais nos períodos dos feriados do ano de 2026.
Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 10.200, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Aprova a adesão de entes federativos à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional - PNAISP no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS Nº 662, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Altera o anexo II da Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para ampliar a cobertura assistencial do medicamento Emicizumabe, relacionado à "TERAPIA IMUNOBIOLOGICA ENDOVENOSA, INTRAMUSCULAR OU SUBCUTÂNEA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)", no tratamento profilático de pacientes com hemofilia A grave ou com nível de atividade de fator VIII

inferior a 2%, sem anticorpos inibidores do fator VIII, com até 6 anos de idade no início do tratamento;
(...)

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)
RESOLUÇÃO ANVISA Nº 1.015, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a Autorização Sanitária para fabricação e importação de produtos de Cannabis para uso medicinal humano e estabelece requisitos relativos à sua comercialização, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA ANVISA Nº 1.014, DE 30 DE JANEIRO DE 2026

Institui Ambiente Regulatório Experimental (*Sandbox* Regulatório) para testagem controlada de atividades relacionadas à Cannabis para fins medicinais.

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA ANVISA Nº 1.013, DE 30 DE JANEIRO DE 2026

Dispõe sobre os requisitos para o cultivo da espécie vegetal Cannabis sativa L. com teor de THC menor ou igual a 0,3% destinado exclusivamente a fins medicinais e/ou farmacêuticos.

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA ANVISA Nº 1.012, DE 30 DE JANEIRO DE 2026

Dispõe sobre os requisitos para o cultivo da espécie vegetal Cannabis sativa L. destinado exclusivamente a fins de pesquisa.

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA ANVISA Nº 1.011, DE 30 DE JANEIRO DE 2026

Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.

PORTARIA Nº 80, DE 28 DE JANEIRO DE 2026

Aprova o Plano Integrado para a Gestão Sanitária da Segurança do Paciente em Serviços de Saúde 2026-2030 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

PORTARIA Nº 79, DE 28 DE JANEIRO DE 2026

Aprova o Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PNPCIRAS) 2026-2030 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

→ **4ª Diretoria**

→ → Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária

RESOLUÇÃO-RE Nº 474, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2026

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

(...)

resolve:

Art. 1º Adotar a medida cautelar constante no ANEXO.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 473, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2026

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

(...)

resolve:

	Art. 1º Adotar a medida cautelar constante no ANEXO. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 436, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2026</u> O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (...) resolve: Art. 1º Adotar a medida cautelar constante no ANEXO. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 405, DE 30 DE JANEIRO DE 2026</u> O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (...) resolve: Art. 1º Adotar a medida cautelar constante no ANEXO. (...) SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 8, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Institui o Comitê de Acompanhamento Técnico da Plataforma Nacional de Pesquisa que envolve Seres Humanos, no âmbito da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde - SCTIE/MS.
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MDS Nº 1.155, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre o repasse emergencial de recursos federais para a oferta de ações socioassistenciais nos Estados, Distrito Federal e Municípios que receberam ou receberão migrantes e refugiados oriundos de fluxo migratório provocado por crise humanitária. <u>PORTARIA MDS Nº 1.153, DE 30 DE JANEIRO DE 2026</u> Altera a Portaria MDS nº 1.136, de 4 de dezembro de 2025, que estabelece regras e procedimentos para a participação de novos municípios no âmbito da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades - Alimenta Cidades. SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADASTRO ÚNICO <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SAGICAD/MDS Nº 2</u> <u>SAGICAD/SENARC/SNAS/SNBA, DE 30 DE JANEIRO DE 2026</u> Define os públicos, os procedimentos operacionais, o cronograma e as repercussões nos programas e benefícios sociais relativos à Ação de Qualificação do Cadastro Único de 2026, que engloba os processos de Averiguação Cadastral e Revisão Cadastral, voltados para famílias e pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único).
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO) <u>PORTARIA ICMBIO Nº 641, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Regulamenta o uso da tabela para correção do Valor da Terra Nua - VTN em função da capacidade de uso e da localização e acesso do imóvel,

	para obtenção da nota agrônômica na avaliação de imóveis inseridos em Unidades de Conservação. (Processo nº 02070.003525/2020-51). <u>PORTARIA ICMBIO Nº 163, DE 12 DE JANEIRO DE 2026</u> Institui, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, o Programa de Promoção das Economias da Sociobiodiversidade em Unidades de Conservação Federais - Programa ECOSociobio, objetivando integrar e coordenar ações para promover economias baseadas na diversidade socioambiental de povos e comunidades tradicionais, nas Unidades de Conservação federais (processo ICMBio nº 02070.021838/2025-03).
Ministério do Planejamento e Orçamento	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MPO Nº 31, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 174.487.625,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 17, DE 26 DE JANEIRO DE 2026</u> (Publicada no DOU de 28-01-2026, Seção 1)(*) Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 1.907.122.827,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. (*) Republicada por ter saído, no DOU nº 19, de 28-01-2026, Seção 1, Págs. 71 a 82, com incorreção no original. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 26, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Institui o Programa Rotas de Integração Sul-Americana. SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL <u>PORTARIA SOF/MPO Nº 28, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Estabelece procedimentos e prazos para alterações orçamentárias dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, no exercício de 2026, a serem observados pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União, e dá outras providências.
Ministério do Turismo	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MTUR Nº 1, DE 30 DE JANEIRO DE 2026</u> Dispõe sobre as normas do Programa de Regionalização do Turismo, do Mapa do Turismo Brasileiro e da Categorização dos Municípios no Mapa do Turismo Brasileiro.
Ministério dos Transportes	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 23 DE JANEIRO DE 2026</u> Disciplina a aplicação, o processamento e arrecadação das multas no âmbito da União, nos serviços de operação do Passe Livre às pessoas com deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual rodoviário, ferroviário e aquaviário.

Banco Central do Brasil (BCB)	ÁREA DE REGULAÇÃO ↳ Departamento de Regulação do Sistema Financeiro <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 707, DE 29 DE JANEIRO DE 2026</u> Esclarece acerca das condições a serem observadas na contratação de operações de crédito imobiliário que compartilhem o mesmo imóvel como garantia.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO (CFN) <u>RESOLUÇÃO CFN Nº 849, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Altera a Resolução CFN nº 689, de 4 de maio de 2021, alterada pela Resolução CFN nº 778, de 5 de junho de 2024, para incluir a especialidade de Nutrição em Acupuntura e dispor sobre os critérios específicos para o seu reconhecimento e registro.
SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO	
PUBLICAÇÃO DOE-SP	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
06/02/2026	<u>DECRETO Nº 70.367, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Transfere os cargos e a função-atividade que especifica e dá providências correlatas. <u>DECRETO Nº 70.366 DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2024-2027 e as metas de seus indicadores para o exercício de 2026. <u>DECRETO Nº 70.365, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Cria a Assessoria Policial-Militar do Comando Geral (APMCG) e o Centro de Material de Intendência (CMI) e altera o <u>Decreto nº 65.096, de 28 de julho de 2020</u>, que dispõe sobre a estruturação da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. <u>DECRETO Nº 70.364, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Oficializa, sem ônus para os cofres públicos, a condecoração "Medalha do Mérito Ferroviário", alusiva ao Sesquicentenário da Inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana, instituída pelo Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba - IHGGS e dá providências correlatas. <u>DECRETO Nº 70.362, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Aprova a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - IPEM/SP. <u>DECRETO Nº 70.361, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Aprova a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções em Confiança da Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP e dá providências correlatas. <u>DECRETO Nº 70.360, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026</u>

	Aprova a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria dos Transportes Metropolitanos. <u>DECRETO Nº 70.359, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a criação de unidade escolar na Secretaria da Educação e dá providências correlatas. (...) Artigo 1º - Fica criada, na Unidade Regional de Ensino de Pirassununga, da Secretaria da Educação, no Município de Porto Ferreira, a Escola Estadual Jardim Porto Belo. (...)
04/02/2026	<u>LEI Nº 18.394, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Assegura o direito à realização de sessão de cinema adaptada a crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias. <u>LEI Nº 18.393, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Inclui o inciso VI no artigo 58 da Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020(*). (*) <i>Estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas e dá providências correlatas</i> <u>LEI Nº 18.392, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Institui a Semana Estadual de Conscientização sobre as Doenças Negligenciadas. <u>LEI Nº 18.391, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Declara a "Escola Bíblica Dominical" Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Secretaria da Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO Nº 008, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Altera dispositivos da Resolução SAP n.º 086, de 02 de dezembro de 2025, que autoriza a utilização de telefonia móvel institucional no âmbito da Polícia Penal do Estado de São Paulo, e dá outras providências.
Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA Nº 05, DE 28 DE JANEIRO DE 2026</u> Regulamenta o recebimento de denúncias, o procedimento de Apuração Preliminar e a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. <u>RESOLUÇÃO SAA Nº 04, DE 28 DE JANEIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a centralização, a padronização e o fluxo de atendimento às demandas provenientes de órgãos de controle, órgãos do sistema de justiça e de segurança pública, no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, revoga a Resolução SAA nº 4/2025, bem como regulamenta o encaminhamento de processos à Consultoria Jurídica da

	Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (CJ/SAA), e dá providências correlatas. <u>RESOLUÇÃO SAA Nº 03, DE 28 DE JANEIRO DE 2026</u> (...) Art. 1º - A tramitação de atos normativos de competência do Secretário, em especial Resoluções, bem como a edição de Portarias e demais atos administrativos pelas unidades subordinadas, observará as diretrizes de fluxo, controle e padronização estabelecidas nesta Resolução. (...)
Secretaria da Educação (SEDUC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 18, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre o processo de atribuição de classes e aulas durante o ano aos docentes efetivos, não efetivos, contratados e candidatos à contratação do Quadro de Magistério - QM da rede estadual de São Paulo e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 15, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre o Setor de Trabalho do Supervisor de Ensino e Supervisor Educacional <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 17, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Estabelece as diretrizes e orientações referentes ao Programa Estágio SP na modalidade Monitoria, com vagas para alunos da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e pagamento de Bolsa Estágio Ensino Médio – BEEM, denominado Aluno Monitor do BEEM <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 16, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a Avaliação de Desempenho de Supervisores de Ensino e Supervisores Educacionais e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 14, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre Práticas de Protagonismo Juvenil nas unidades escolares do Programa Ensino Integral, e dá providências correlatas
Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SGGD Nº 6, DE 4-02-2026</u> Estabelece a relação de municípios do Brasil com população igual ou superior a 200.000 habitantes para efeito de pagamento de diárias, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo. SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP Nº 05, DE 29 DE JANEIRO DE 2026</u> Estabelece as orientações relativas à aplicação do Parecer PA nº 32/2025, que trata do entendimento acerca do pagamento de vantagens pecuniárias ao servidor ou empregado público, nomeado para cargo em comissão ou designado para o exercício de função de confiança do Quadro Geral de Cargos em Comissão e Funções de Confiança QGCFC (Lei Complementar nº 1.395/2023), em órgão diverso à sua origem. <u>PORTARIA SGP Nº 04, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026</u> A Subsecretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, expede a seguinte portaria:

	Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referentes ao mês de JANEIRO/2026, estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala: Dia 06-02-2026 – Celetistas, Dia 06-02-2026 - Pensões especiais, servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da Administração Direta do Poder Executivo e Autarquias. Art. 2º - Os créditos às entidades consignatárias, no âmbito do Poder Executivo e Autarquias, serão efetuados no dia 06-02-2026. Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SPI Nº 015, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a possibilidade de incorporação das medidas de mitigação ou compensação dos impactos causados pela abertura de acessos, por rodovias estaduais concedidas, a terrenos lindeiros às respectivas faixas de domínio, visando à instalação de entrepostos de abastecimento alimentar, aos contratos de concessão rodoviária correspondentes, como investimentos adicionais a cargo das respectivas concessionárias.
Secretaria da Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS Nº 30, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre o complemento financeiro referente a janeiro de 2026, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, para Entidades da Administração Pública (SAP e IAMSPE). <u>RESOLUÇÃO SS Nº 29, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre o complemento financeiro referente a janeiro de 2026, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos administrados por Organizações Sociais de Saúde - OSS <u>RESOLUÇÃO SS Nº 25, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Altera o Anexo da Resolução SS nº 82 de 23, publicada em 24 de julho de 2012 que dispõe sobre a identificação das unidades de saúde por áreas e a fixação de limites para a realização de Plantões e Plantões em Estado de Disponibilidade pelas classes de Médico, Médico Sanitarista e Cirurgião Dentista e dá providências correlatas.
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
06/02/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 65/2026, DE 06/02/2026</u> Estabelece diretrizes sobre a eleição dos dirigentes de estabelecimentos de ensino superior do Estado de São Paulo. <u>PROJETO DE LEI Nº 64/2026, DE 06/02/2026</u> Dispõe acerca do comparecimento dos policiais militares e policiais civis que estejam de folga, férias ou licença, às audiências na justiça estadual,

	quando convocados na condição de testemunhas ou autores da prisão e/ou apreensão e dá outras providências <u>PROJETO DE LEI Nº 59/2026, DE 06/02/2026</u> Reconhece e amplia o caráter educacional, formativo e cultural da capoeira no Estado de São Paulo.
05/02/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 56/2026, DE 05/02/2026</u> Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa "Escola de Férias", destinado à oferta de atividades esportivas, culturais e de lazer para crianças e adolescentes em regiões de alta vulnerabilidade social durante os períodos de recesso escolar, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 51/2026, DE 05/02/2026</u> Institui o curso de capacitação para tutores de cães de potencial agressivo, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 50/2026, DE 05/02/2026</u> Dispõe sobre requisitos mínimos de funcionamento, segurança, saúde e bem-estar animal para estabelecimentos que prestem serviços remunerados de hospedagem, creche, recreação ou atividades semelhantes para cães e gatos, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 48/2026, DE 05/02/2026</u> Dispõe sobre a adoção de protocolos específicos de atendimento em emergências médicas a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Síndrome de <i>Down</i> (Trissomia do Cromossomo 21) e outras condições sensoriais especiais, no âmbito do Estado de São Paulo. <u>PROJETO DE LEI Nº 46/2026, DE 05/02/2026</u> Institui a "Política Estadual de Prevenção e Combate à Discriminação Racial, à LGBTIfobia e à Violência Contra a Mulher nas plataformas de jogos eletrônicos e competições de <i>eSports</i>" no Estado de São Paulo e dá outras providências.
04/02/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 44/2026, DE 04/02/2026</u> Institui o Programa Pedágio Noturno, estabelecendo diretrizes para concessão de benefícios tarifários noturnos em praças de pedágio de rodovias estaduais situadas próximas à região metropolitana de São Paulo, com vistas à redução do tráfego nos horários de pico, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 43/2026, DE 04/02/2026</u> Dispõe sobre a instituição da Gratificação de Serviço Operacional (GSO) no âmbito do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. <u>PROJETO DE LEI Nº 42/2026, DE 04/02/2026</u> Autoriza a criação do Canal de Proteção ao Aluno e ao Professor (Canal PROAP), para garantir a proteção e o bem-estar de crianças, adolescentes e profissionais da educação em instituições de ensino do Estado de São Paulo. <u>PROJETO DE LEI Nº 41/2026, DE 04/02/2026</u>

Altera a [Lei nº 684, de 30 de setembro de 1975](#), que dispõe sobre a celebração de convênios com Municípios sobre serviços de bombeiros, para prever expressamente a possibilidade de concessão de vale-refeição.

PROJETO DE LEI Nº 40/2026, DE 04/02/2026

Isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as operações de comercialização ao consumidor final de blindagem veicular e películas de proteção e segurança destinadas à aplicação em veículos automotores e dá providências correlatas.

PROJETO DE LEI Nº 39/2026, DE 04/02/2026

Institui o "Selo Maternidade" no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 38/2026, DE 04/02/2026

Dispõe sobre a criação de curso específico nos Centros de Formação de Condutores (CFC) voltado à proteção e ao respeito à vida dos ciclistas, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 34/2026, DE 04/02/2026

Cria mecanismos e estabelece diretrizes para prevenir e coibir a violência obstétrica no Estado de São Paulo e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 30/2026, DE 04/02/2026

Institui o Selo Paulista de Turismo Inclusivo e dá outras providências.

PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3/2026, DE 04/02/2026

Susta os efeitos da [Resolução SEDUC nº 8, de 23 de janeiro de 2026](#), que altera, inclui e revoga dispositivos da Resolução Seduc nº 44/2024, que dispõe sobre a contratação de docentes por tempo determinado, de que trata a [Lei Complementar nº 1.093/2009](#).

MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1065, DE 2025

MENSAGEM A-Nº 016/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 02 de fevereiro de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição "altera a [Lei nº 9.055, de 29 de dezembro de 1994](#), que disciplina o serviço de transporte intermunicipal de cadáveres".

(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 735, DE 2024

MENSAGEM A-Nº 015/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 02 de fevereiro de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a propositura institui atendimento prioritário a pessoas com diabetes em postos de saúde, clínicas, hospitais, laboratórios e similares para a realização de exames que exijam jejum.

(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 731, DE 2024

MENSAGEM A-Nº 014/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 02 de fevereiro de 2026.

(...)

A propositura, de iniciativa parlamentar, autoriza a dispensa de expediente de alunos, professores, profissionais da educação e funcionários terceirizados nas unidades escolares das redes pública e privada, estadual e municipal, no dia 15 de outubro, em celebração do Dia dos Professores (artigo 1º, "caput") e ressalta que essa dispensa se dará sem prejuízo de qualquer natureza para a frequência de alunos e dos professores, funcionários e profissionais da educação (artigo 1º, parágrafo único).

(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 723, DE 2024

MENSAGEM A-Nº 013/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 02 de fevereiro de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a medida dispõe sobre a reserva mínima de 5% (cinco por cento) do total de vagas em programas de habitação de interesse social às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, no âmbito do Estado de São Paulo.

(...)

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 428, DE 2024

MENSAGEM A-Nº 012/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 02 de fevereiro de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição assegura o direito à realização de uma sessão mensal, adaptada a crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias, em cada sala de cinema ("caput" do artigo 1º).

(...)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1583, DE 2023

MENSAGEM A-Nº 011/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 02 de fevereiro de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição cria o Cadastro Estadual de Tutores e Protetores Independentes de Animais Domésticos, a ser gerido por órgão estadual, com a finalidade de identificar e registrar cidadãos de baixa renda que detenham a guarda desses animais e necessitem de auxílio financeiro para sua adequada alimentação (artigo 1º).

(...)

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 1407, DE 2023

MENSAGEM A-Nº 010/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 02 de fevereiro de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição institui a Semana Estadual de Conscientização sobre as Doenças Negligenciadas, a ser realizada na semana que englobar o dia 30 de janeiro.

(...)

03/02/2026

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 4/2026, DE 03/02/2026

Altera a [Lei Complementar nº 1.118, de 1º de junho de 2010](#), cria cargos no Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de São Paulo e dá outras providências.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 3/2026, DE 03/02/2026

Dispõe sobre a criação de cargos de Promotor de Justiça na Parte Permanente do Quadro do Ministério Público do Estado de São Paulo.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 2/2026, DE 03/02/2026

Cria 10 (dez) cargos de Procurador de Justiça e 26 (vinte e seis) cargos de Promotor de Justiça Substituto em Segundo Grau na Parte Permanente do Quadro do Ministério Público do Estado de São Paulo.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1/2026, DE 03/02/2026

Altera o Anexo IV, Carreira - V, da [Lei Complementar nº 1.118, de 1º de junho de 2010](#), que dispõe sobre o Plano de Cargos e das Carreiras do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de São Paulo e dá outras providências.

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 26/2026, DE 03/02/2026

Dispõe sobre a gratuidade do transporte público coletivo estadual nos dias oficiais do pré-carnaval, carnaval e pós-carnaval.

PROJETO DE LEI Nº 25/2026, DE 03/02/2026

Institui a Política Estadual de Proteção e Reconhecimento do Cão e Gato Comunitário no Estado de São Paulo e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 24/2026, DE 03/02/2026

Proíbe a reconstituição do leite em pó de origem importada no Estado de São Paulo em defesa do pequeno e médio produtor.

PROJETO DE LEI Nº 23/2026, DE 03/02/2026

Determina que o Estado de São Paulo apostile e, em consequência, efetue a concessão e/ou pagamento de benefícios aos servidores públicos da ativa e aposentados, bem como aos pensionistas de servidores públicos aposentados, em decorrência do congelamento da contagem de tempo de serviço previsto no artigo 8º da [Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020](#).

PROJETO DE LEI Nº 22/2026, DE 03/02/2026

Obriga as instituições de ensino públicas e privadas a disporem de banheiros para cada um dos sexos, masculino e feminino, vedando a instalação e o uso comum de banheiros por estudantes de sexos diferentes, no âmbito do Estado de São Paulo.

PROJETO DE LEI Nº 21/2026, DE 03/02/2026

Institui, no âmbito do Estado de São Paulo, restrições ao acesso a cargos, empregos e funções públicas, bem como à contratação com a Administração Pública Estadual, para pessoas físicas e jurídicas condenadas por crimes de maus-tratos contra animais, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 20/2026, DE 03/02/2026

Cria o Cadastro de Ofensores dos Animais (COA)

PROJETO DE LEI Nº 19/2026, DE 03/02/2026

Altera a [Lei nº 11.977 de 2005](#), para coibir atos de crueldade contra animais

PROJETO DE LEI Nº 18/2026, DE 03/02/2026

Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal a contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – para o financiamento de projetos de assistência social, nos termos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 17/2026, DE 03/02/2026

Institui a obrigatoriedade de Curso de Capacitação para Tutores de Cães de Potencial Agressivo, no âmbito do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 15/2026, DE 03/02/2026

Institui a Educação em Proteção Animal e Direitos dos Animais como conteúdo transversal obrigatório no currículo da educação básica da rede pública estadual de ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 12/2026 DE 03/02/2026

Institui o Cadastro Estadual de Pessoas Condenadas por Maus-Tratos aos Animais e o Cadastro Estadual de Maus Adotantes no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 11/2026, DE 03/02/2026

Estabelece como maus-tratos as atividades relacionadas à utilização de fogos de artifício ou artefatos pirotécnicos com efeito sonoro ou estampido acima de 60 decibéis, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 10/2026, DE 03/02/2026

Institui o Programa estadual “Semana de conscientização Cão Orelha” para crianças e adolescentes em idade escolar

PROJETO DE LEI Nº 7/2026, DE 03/02/2026

Altera a [Lei nº 11.977, de 25 de agosto de 2005](#), que institui o Código de Proteção aos Animais do Estado, para dispor sobre o agravamento das penalidades administrativas nos casos de maus-tratos e estabelecer a responsabilização dos responsáveis legais de menores ou incapazes e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 6/2026, DE 03/02/2026

Autoriza o Estado de São Paulo a promover o pagamento retroativo de anuênio, triênio, quinquênio, sexta-parte, licença-prêmio e demais mecanismos equivalentes que tenham sido suspensos durante o período de decreto do estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19.

PROJETO DE LEI Nº 5/2026, DE 03/02/2026

Institui Contraprestação Financeira de Acordos Extrajudiciais e de Velamento das Fundações Privadas no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 3/2026, DE 03/02/2026

Institui campanha de conscientização sobre o zoosadismo digital.

	<u>PROJETO DE LEI Nº 1/2026, DE 03/02/2026</u> Institui a política estadual de proteção aos animais comunitários. PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2/2026, DE 03/02/2026</u> Susta a Resolução nº 08, de 23 de janeiro de 2026, que "Altera, inclui e revoga dispositivos da Resolução SEDUC nº 44/2024, que dispõe sobre a contratação de docentes por tempo determinado, de que trata a Lei Complementar nº 1.093/2009" <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1/2026, DE 03/02/2026</u> Susta os efeitos da Resolução Seduc nº 8, de 23 de janeiro de 2026, que altera, inclui e revoga dispositivos da Resolução Seduc nº 44/2024, que dispõe sobre a contratação de docentes por tempo determinado, de que trata a Lei Complementar nº 1.093/2009.
Publicação TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)
07/02/2026	COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>COMUNICADO GP Nº 05/2026</u> A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES, no uso de suas atribuições regimentais, e em conformidade com o artigo 37, §3º, I, da Constituição Federal, e artigos 13 a 17 da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, bem como com a Nota Técnica do CT das Corregedorias, Ouvidorias e Controles Interno e Social do Instituto Rui Barbosa – IRB nº. 001/2023, CONSIDERANDO que este Tribunal dispõe de dados consolidados acerca do número de Prefeituras Municipais que instituíram Ouvidorias, obtidos a partir das respostas ao questionário do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM; e CONSIDERANDO a importância de se conhecer o número de Câmaras Municipais que instituíram Ouvidorias, nos termos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, COMUNICA que, como parte da celebração do Dia Nacional do Ouvidor, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo pretende divulgar em seu Portal Institucional, no mês de março de 2026, o MAPA DAS OUVIDORIAS MUNICIPAIS – PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO. Para tanto, os gestores das Câmaras Municipais deverão providenciar o preenchimento do formulário online disponível por meio do sistema "Questionários", no Portal de Sistemas do TCESP (https://sso.tce.sp.gov.br/Portal/sistemas/sistema.xhtml), até 20/2/2026. Dúvidas a respeito do preenchimento do formulário podem ser encaminhadas diretamente à Ouvidoria do TCESP, pelo e-mail mapadasouvidorias@tce.sp.gov.br. Publique-se. São Paulo, 6 de fevereiro de 2026. CRISTIANA DE CASTRO MORAES PRESIDENTE

03/02/2026	COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo comunica, nos termos das instruções vigentes, a relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que sofreram penas em procedimentos licitatórios, contratações, chamamentos públicos ou celebração de parcerias de que participaram, no(s) órgão(s) a seguir indicado(s). (...)
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
03/02/2026	<u>DECRETO Nº 64.946, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a transformação da Escola Municipal de Educação Infantil - EMEI Dona Anita Costa em Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI Dona Anita Costa, situado no Distrito de Moema, vinculado à Diretoria Regional de Educação Ipiranga, da Secretaria Municipal de Educação.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Fernanda Vieira Cunha Schvanz
fschvanz@sp.gov.br

Márcia Santos de Oliveira
msoliveira@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>